

Jornal 'Comércio do Amazonas' e a construção do acontecimento: as representações sobre o governo da Bolívia

Mendes, Francielle Maria Modesto; Lobo, Gilberto Mendes da Silveira

Veröffentlichungsversion / Published Version
Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Mendes, F. M. M., & Lobo, G. M. d. S. (2016). Jornal 'Comércio do Amazonas' e a construção do acontecimento: as representações sobre o governo da Bolívia. *Revista Observatório*, 2(5), 155-176. <https://doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2016v2n5p155>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC Licence (Attribution-NonCommercial). For more information see: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

**JORNAL *COMÉRCIO DO*
AMAZONAS E A
CONSTRUÇÃO DO
ACONTECIMENTO: as
representações sobre o
governo da Bolívia**

COMÉRCIO DO AMAZONAS
JOURNAL AND THE
CONSTRUCTION OF THE
EVENT: the representations of
the Bolivian government

COMÉRCIO DO AMAZONAS
OFICIAL Y LA CONSTRUCCIÓN
DE LA PRUEBA: las
representaciones del gobierno
de Bolivia

**Francielle Maria Modesto Mendes¹
Gilberto Mendes da Silveira Lobo^{2, 3}**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo mostrar, a partir das edições do jornal *Comércio do Amazonas*, de 1899, a construção de acontecimento midiático. No cotidiano, a imprensa produz uma visão de mundo que atende ao que aqui chamamos de campanha, ou seja, estratégia discursiva subordinada aos anseios de uma elite político-econômica e a determinados fins pré-estabelecidos, como a manutenção ou ascensão ao poder de grupos. No caso estudado, a partir das publicações do diário amazonense, foi se construindo representações “negativas” de agentes do Governo da Bolívia com a finalidade de desconstruir suas imagens perante a opinião pública brasileira e evitar que eles ocupassem

¹ Professora Doutora do Programa de Mestrado em Letras e do curso de Graduação em Jornalismo na Universidade Federal do Acre (UFAC). Graduada em Comunicação Social/Jornalismo e Letras pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Letras (UFAC). E-mail: franciellemodesto@gmail.com.

² Mestrando em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre – Ufac. Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela mesma instituição. E-mail: posletras.ufac@gmail.com.

³ Endereço de contato do autor (por correio): Universidade Federal do Acre. Programa de Mestrado em Letras. Campus Universitário, Bloco da Pós-Graduação, BR 364, Km 04, Distrito industrial, CEP: 69.920-900, Rio Branco (AC), Brasil.

os rios Acre, Iaco e Purus, onde hoje é o estado do Acre. Os autores usados para fundamentar os estudos são Michel Foucault, Patrick Charaudeau, Teun Van Dijk, Walter Lippman e Nelson Traquina.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Acontecimento; Comércio do Amazonas.

ABSTRACT

This article aims to show, from the newspaper editions *Comércio do Amazonas*, 1899, the construction of media event. We want to expose that in everyday life, the press produces a world view that caters to what here we call campaign, discursive strategy subordinate to the desires of a political and economic elite and certain predetermined purposes, such as maintaining or rise to power groups. In the case studied, from the Amazon daily publications, has been building representations "negative" of the Bolivian government agents in order to deconstruct their images before the Brazilian public opinion and prevent them occupy the Acre rivers, Iaco and Purus, where today is the state of Acre. The authors used to support the studies are Michel Foucault, Patrick Charaudeau, Teun Van Dijk, Walter Lippman and Nelson Traquina.

KEY WORDS: Journalism; Event; Comércio do Amazonas.

RESUMEN

En este artículo se pretende mostrar, a partir de las ediciones de periódicos *Comércio do Amazonas*, 1899, la construcción del acontecimiento mediático. Queremos exponer que en la vida cotidiana, la prensa produce una visión del mundo que atiende a lo que aquí llamamos campaña o estrategia discursiva subordinada a los deseos de una élite política y económica y ciertos fines predeterminados, tales como el mantenimiento o el aumento de grupos de poder. En el caso estudiado, del diario ama publicaciones zonense, ha sido la construcción de representaciones "negativo" Bolivia través de los agentes del gobierno con el fin de deconstruir sus imágenes antes de que la opinión pública brasileña y evitar que ocupan los ríos Acre, Iaco y Purús, donde hoy es el estado

de Acre. Los autores utilizaron para apoyar los estudios son Michel Foucault, Patrick Charaudeau, Teun Van Dijk, Walter Lippman y Nelson Traquina.

PALABRAS CLAVE: Periodismo; evento; Comércio do Amazonas.

Recebido em: 10.11.2016. Aceito em: 12.12.2016. Publicado em: 25.12.2016.

Introdução

A finalidade do presente trabalho é mostrar como o jornal *Comércio do Amazonas* constrói dentro de suas páginas um acontecimento midiático, a partir de uma campanha difamatória e alarmista contra a ocupação dos territórios dos rios Acre, Iaco e Purus, região onde atualmente é o Estado do Acre. Pretende-se fazer uma curta apresentação dos conceitos sobre acontecimento, com base em Michel Foucault, Patrick Charaudeau, Teun Van Dijk e Walter Lippman.

Acontecimento, segundo Patrick Charaudeau (2006), tem duas definições: numa delas, a proposta é de que seja algo natural, em outra, é que seja algo provocado. Isso porque todas as vezes em que há a tentativa de codificar o mundo a partir da linguagem, o resultado é uma representação do real e não a realidade.

Além disso, a linguagem não é transparente e está sujeita a interpretações diversas, de decodificações por parte dos receptores. Assim, é possível dizer que as mídias não têm condições de apresentar uma visão completa do mundo, porque além das limitações da linguagem, há o que Michel Foucault (1997) chamou de motivação político-econômica. Isso norteia como, quando e com qual objetivo determinados fatos são apresentados ao público.

A seleção dos fatos determina visões de mundo, a partir de informações passadas pela imprensa. E para Charaudeau (2006), informações são enunciados, ou seja, é aquilo que foi dito. No entanto, os dizeres têm sua produção controlada. Não é possível dizer qualquer coisa, a qualquer momento, como nos afirma Michel Foucault (1997). Pensando desse modo, jornalistas,

como operadores de dispositivos de saber⁴, estão habilitados a falar na ordem do discurso. Então, a partir de um discurso do jornalismo, cria-se uma “vontade de verdade”, que habilita a imprensa a ser uma ponte entre os acontecimentos e o público.

Para Charaudeau, a imprensa age como “espelhos deformantes”, iguais aos dos parques de diversões, onde cada espelho deforma a imagem de um jeito, produzindo várias imagens distorcidas “cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo” (CHARAUDEAU, 2006, p. 20).

Walter Lippmann (2003) também defende que o jornalismo muda a percepção da realidade pelo povo. Para ele, a visão de mundo é dividida em duas partes: de um lado, teria a realidade natural; do outro, estariam as narrativas produzidas nas páginas dos jornais. Os jornalistas mostram os acontecimentos, transformando-os em notícia, em manchete jornalística. Eles são, dentro de um contrato social, os que dizem a “verdade”.

Essa produção de “verdades” na imprensa determina também a agenda de discussões do dia. As conversas diárias são, em grande parte, baseadas no que dizem os noticiários, os jornais impressos. Diante desse “poder” de dizer o que é “verdade”, o jornal *Comércio do Amazonas* produziu uma campanha difamatória contra a ocupação dos bolivianos dos territórios que hoje formam o Estado do Acre, em 1899.

⁴ [...] nitidamente um mecanismo de poder, intimamente ligado à produção de determinados saberes. Isso vai aparecer na própria análise de Foucault, quando ele situa o nascimento do jornalismo no ambiente da política do olhar e na sua verificação de como as páginas policiais e narrativas de crimes foram essenciais para a definição de uma moral do povo e de um conjunto de saberes sobre a criminalidade e a delinquência (VOGEL, 2009, p. 4).

Brasil-Bolívia

O Tratado de Ayacucho firmado entre o Brasil e a Bolívia, em 1867, aceitava formalmente que as terras onde atualmente é o Estado do Acre eram bolivianas. O documento foi assinado no contexto da Guerra do Paraguai e garantia a neutralidade dos bolivianos diante do conflito. Porém, as terras passaram a ser ocupadas por brasileiros em busca de novas regiões de exploração de borracha. E com o avanço do processo de industrialização dos países da Europa, dos Estados Unidos e o crescimento da demanda da goma elástica, aumenta a ocupação da região (BEZERRA, 2006).

No entanto, como ressalta Maria José Bezerra (2006), a corrida migratória para a Amazônia foi mais intensa a partir de 1877, com a “grande seca” no Ceará e a escassez de trabalho. Mas riqueza mesmo gozaram os grandes empresários do Pará (Belém) e do Amazonas. Toneladas de borracha eram exportadas, na mesma proporção, vultosos lucros abasteciam as elites político-econômicas dos dois estados. Manaus, capital do Amazonas, no auge da produção do látex, foi apelidada de “Paris dos Trópicos” por causa de sua vida urbana luxuosa, baseada nos costumes europeus, sobretudo, francês (BEZERRA, 2006).

Querendo ter participação nos lucros, principalmente depois da queda do preço do minério de prata, principal produto de exportação da Bolívia, o país andino, em 1895, reclama ao Brasil uma comissão mista para demarcar os limites entre os dois países. Somente após essa definição, o governo boliviano poderia traçar suas políticas para a região. Sem poder continuar por vários motivos, a demarcação é paralisada. Diante do problema, mantém-se o entendimento firmado em 1867. É, então, quando surge um projeto de

instalação de uma alfândega no território banhado pelo rio Acre, encabeçado pelo ministro plenipotenciário da Bolívia, José Paravicini (BEZERRA, 2006).

A proposta é aceita pelo governo boliviano. Então, a primeira ocupação é realizada no dia 2 de janeiro de 1899 e vai permanecer até 30 de abril do mesmo ano. Durante a permanência da casa alfandegária, o Governo do Amazonas perde uma grande parte de sua arrecadação de impostos cobrados na exportação da borracha.

Diante da ameaça de prejuízos maiores e sem a possibilidade de agir, já que a ocupação das terras do Acre tinha a anuência do Governo do Brasil, o governador do Amazonas, Ramalho Júnior, e um grupo de empresários promovem campanhas para influenciar a opinião pública. Os textos publicados, em sua maior parte, no jornal *Comércio do Amazonas* tentam passar a ideia de que a ocupação boliviana é ilegal porque as terras em questão pertenciam ao Brasil.

Foram várias publicações sobre o tema. Todas elas, de alguma forma, tentavam transmitir à opinião pública notícias “alarmantes”, no intuito de instigar o Governo Federal, com sede no Rio de Janeiro, a posicionar-se contra a ocupação boliviana, revogando a autorização dada ao Governo da Bolívia e promovesse a imediata anexação das terras ao Estado do Amazonas.

Isso garantiria ao Amazonas não só o domínio total da produção de látex, mas também aumento dos lucros oriundos da cobrança de impostos sobre os produtos exportados. Ainda afastaria o fantasma que ameaçava reduzir as rendas amazonenses, caso houvesse a posse definitiva de um país estrangeiro sobre os rios Acre, Purus e Iaco.

Nos jornais, paulatinamente, a campanha vai se intensificando, a ponto de basear-se em boatos e finalizar com a invenção de um contrato internacional de arrendamento do Acre para os Estados Unidos, em troca do apoio dos

norte-americanos em caso de guerra com o Brasil. No dia 14 de julho de 1899, um grupo armado formado por espanhóis e brasileiros, financiados pelo governador amazonense Ramalho Júnior, invade a sede da Aduana, em Puerto Alonso, no rio Acre. É, então, proclamada a República Independente do Acre (BEZERRA, 2006).

O teatro dos acontecimentos

O jornal *Comércio do Amazonas* começa a esboçar um discurso sobre a tomada do território do Alto Acre em 1899. E é interessante observar como o trabalho discursivo é datado; tem um começo que vai se desenrolando aos poucos, amiúde, por meio de acontecimentos criados pelos jornais e vai se propondo de aos poucos se naturalizar.

Na edição de 22 de janeiro de 1899, surgem as primeiras linhas do que vai desembocar em um conflito armado entre o exército boliviano e um grupo de indivíduos armados financiados por uma elite político-econômica do Amazonas e do Pará. O artigo “A nossa borracha batizada boliviana” foi publicado na coluna “Echos do dia”, um espaço destinado à opinião do redator do impresso, o que atualmente é chamado no jornalismo de editorial.

Segundo o jornal, dois vapores chegaram a Manaus, no Amazonas, vindos do rio Acre, com carregamento de borracha cuja origem não era mais brasileira, e, sim, boliviana. O grande problema sobre a mudança no nome de origem da borracha, passando de uma produção nacional para internacional, estava na arrecadação de impostos.

Com a mudança, o governo do Amazonas perderia o direito à tributação do produto exportado. Em apenas dois carregamentos, o Estado do Amazonas,

de acordo com o levantamento do periódico, perderia cerca de 100:000\$000 (cem contos de réis). Diante da ameaça de perder as riquezas produzidas pela exploração dos seringais, o *Comércio do Amazonas* começa uma campanha de difamação dos bolivianos e de ocupação da região que depois vai se tornar o Estado do Acre. Até então, sem ameaças previstas, não era necessário preocupar-se com uma área em litígio, mas que era ocupada por, entre outros, brasileiros. O artigo diz o seguinte:

Echos do dia

Nossa borracha baptizada de boliviana

[...]O vapor Solimões entrando há pouco dias n'este porto, trouxe do rio Acre 59.554 kilos de borracha, sendo 26.840 kilos classificados como bolivianos. Esta borracha deixou de pagar ao Estado aproximadamente a quantia de 60:000\$000 dos direitos respectivos, e o vapor Botelho também de procedência do rio Acre, trouxe para esta praça e para a do Pará 38.093 kilos de borracha, sendo 17.223 kilos considerados bolivianos que deixou de pagar ao Estado perto de 40:000\$000 de direitos. Ora se unicamente este dois vapores q'não subiram ao alto Acre, deram ao Estado um prejuízo de 100:000\$000 [...] (COMÉRCIO DO AMAZONAS, 22/01/1899⁵)

O ministro boliviano José Paravicini, que aparece em trechos do jornal *Comércio do Amazonas*, caso da edição de 22 de janeiro de 1899, era retratado como "simpático ministro", digno de honrarias oficiais, pomposa recepção. Posteriormente a essa edição, seu nome é ocultado como sendo uma estratégia de apagamento. A interdição do sujeito Paravicini é política e é promovida por instituições que controlam, selecionam, organizam e redistribuem "certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade" (FOUCAULT, 2007, p. 9).

⁵ As passagens do jornal *Comércio do Amazonas* citadas neste trabalho estão sem numeração de página, pois não foi possível identificá-la no material pesquisado, devido ao estado de má conservação em que se encontravam os periódicos.

Nesse caso, as instituições usam o jornal como dispositivo que vai servi-lhes para esse fim: silenciar, antes de tudo. Mas não é só o “silenciamento” que o texto tenta promover. O discurso produz o desejo também. Mostrar valores econômicos e projetar prejuízos é, sobretudo, uma forma de incitar e de oferecer material simbólico à opinião pública, produzindo sentidos, saberes esses que influenciam, sugerem ações.

Isso mostra que a linha editorial do jornal segue ao sabor dos ventos da economia e põe em xeque a credibilidade que deveria ter sua opinião. A imprensa parte de escolhas e as escolhas não são neutras. Elas dependem da carga cultural de quem escolhe, ou seja, dos interesses de seus integrantes.

Os sócios do *Comércio do Amazonas* eram beneficiados diretamente com os lucros da extração da borracha. E para defender seus interesses, o meio era usar a imprensa para conquistar a opinião pública. Dizer que a alfândega boliviana era ilegal foi a primeira tentativa de estabelecer o discurso de expulsão dos bolivianos, mesmo que a argumentação não fosse tão consistente, posto que a instalação da alfândega não era um ato contra o governo federal, pois o ministro das relações exteriores Dionísio Cerqueira consentira a implantação da instituição boliviana no território do Acre, como lembra a professora Maria José Bezerra (2006).

A proposta é parecer que a narrativa de um acontecimento seja um constructo natural e não artificial. Para tanto, há sempre a recapitulação de informações, um jogo de persuasão, uma manipulação da opinião pública que leva a legitimar conflitos que interessam a grupos que pretendem manter ou tomar o poder para si.

O texto seguinte, publicado no dia 24 de janeiro de 1899, é outra parte da construção discursiva. Nele, primeiro, é criada uma demanda, depois uma solução. No novo artigo da seção “Echos do dia”, o *Comércio do Amazonas* vai

novamente apresentar a possibilidade de um conflito internacional. As palavras que abrem o artigo já trazem o tom alarmante da reportagem:

Echos do dia
Brazil – Bolívia

Grave, muito grave se nos apresenta a questão Brazil-Bolívia, quer a encarem pelos lados da diminuição enorme que soffrerão as rendas d’este Estado quer pelo conflictos que provirão d’uma cedencia quase arbitraria de uma vastissima região prodigiosamente rica de [...] futuro, o que de fato e de direito é parte inalienável do território nacional.

Cavalheiros de máxima respeitabilidade e dos quaes não é ilícito duvidar chegados ha pouco ainda d’essa zona, onde são proprietários garantem-nos ser muito tensa a situação dos ânimos dos habitantes d’ali que não podem assistir, indifferente e tranquilos à projeta cedencia; accrescendo também que acham inoportuno e extemporânea a fundação d’uma alfândega boliviana, sem estar definitivamente resolvido este assumpto.

Se o governo da República que confina com a nossa fronteira sul, se acha apressado, para salvaguardar os seus interesses, em estabelecer quando antes uma alfândega que o faça nos limites da antiga linha divisória, isto é, a que segue o paralelo 10. Esta em seu pleno direito em sua casa. Mas vir estabelecer ai por consenso das próprias auctoridades brasileiras, n’um território e, litígio que mais tarde se saberá se nos pertence ou a elles [...]. (COMÉRCIO DO AMAZONAS, 24/01/1899)

Baseado no que traz Nelson Traquina (2005), o texto do *Comércio do Amazonas* do dia 24 de janeiro parte de “uma mitologia que coloca os jornalistas no papel de ‘servidor do público’ que procura a verdade, no papel de ‘cão de guarda’ que protege os cidadãos contra os abusos do poder, no papel de *contrapoder*” (TRAQUINA, 2005, p. 162).

No caso, esse suposto poder, esse suposto abuso, teria sido cometido pelo governo boliviano no ato de instalação da aduana no território do Acre. E tal notícia surge como o “latido do cão de guarda” que está pronto a avisar seu dono de uma invasão em sua propriedade. Parte-se aqui das teorias de ação política, citada por Traquina (2005), nas quais os jornalistas são tomados de

uma forma instrumental, ou seja, obedecem de forma objetiva a determinados interesses políticos.

Os *media* reafirmam os pontos de vista do *stablishment* (o poder instituído) por causa do poder dos empresários dos meios de comunicação social e das empresas anunciantes. Isso acontece pelos seguintes fatores:

a) o papel determinante dos proprietários dos *media* e a estreita ligação entre a classe capitalista, as elites dirigentes e os produtores midiáticos; b) a existência de um acordo entre personalidades da classe dominante e produtores midiáticos; c) a total concordância entre o produto jornalístico e os interesses dos proprietários e das elites. (HERMAN; CHOMSKY *apud* TRAQUINA, 2005, p. 165)

Dessa forma, o que determina a notícia é o interesse dos grupos de elite, como no caso em questão, o governo do Amazonas, os grandes comerciantes e donos de seringais. E eles precisavam evitar que o território do Acre fosse ocupado pelos bolivianos, assim como também se preocupavam em serem impedidos de explorar as terras do Juruá, onde havia a presença de peruanos, na época.

No dia 25 de janeiro de 1899, o *Comércio do Amazonas* dá mais um passo na sua campanha contra a ocupação boliviana. O novo artigo é uma continuação do anterior e tem o mesmo título "A nossa borracha batizada boliviana":

Echos do dia

A nossa borracha batisada boliviana

Mais uma prova do que dissemos no nosso artigo de domingo, trouxe-nos o vapor "Sapueya", entrado hontem n'este porto, em regresso de sua viagem ao rio Purús.

Este navio que viajou no rio Acre somente até o Riosynho, trouxe para esta praça e para a do Pará, 140.000 kilos de borracha, sendo noventa e tantos mil killogrammas, boliviana.

Esta borracha deixa de pagar ao Estado impostos em um valor superior a conto e oitenta contos de réis, que incorporando-se ao

prejuízo que já soffremos na borracha conduzida pelos vapores “Solimões” e “Botelho”, eleva-se este a perto de quatrocentos contos de réis, isto somente em três vapores.

[...]Ao hornado sr. Coronel Ramalho, filho deste operoso Estado, cumpre desenvolver com a máxima urgência toda a sua actividade e influencia junto ao Governo Federal, afim de serem tomadas providencias rápidas que acautelem os interesses do Estado seriamente ameaçados e a fortuna particular da população do alto rio Purus e seus afluentes. [...] (COMÉRCIO DO AMAZONAS, 25/01/1899)

O destaque no artigo do dia 25 de janeiro de 1899 é o tratamento dispensado ao governador Ramalho Júnior, o que reafirma a relação do Estado com o jornal. O tratamento com o governo federal não é o mesmo dispensado ao chefe do executivo amazonense, nem o nome do presidente é citado. É notável também a insistência em manter o discurso de que as terras onde a aduana boliviana fora instalada estavam em litígio. Ele afirma isso como uma tese que precisa ser apresentada, defendida e aceita:

Echos do dia

Brazil-Bolivia

Continua sem solução a questão de limites entre o Brazil e a Bolivia; tudo jaz no mesmo indifferente status quo, sendo comtudo certo que o Estado do Amazonas, o mais interessado e o menos consultado, - começa soffrendo as tristes consequências da resolução do governo federal.

N'esta questão não há apenas a notar uma notável diminuição das rendas publicas, que, como é lógico, affectará gravemente a economia estadual, pois se trata d'uma dezena de milhares de contos de réis, - que passarão a avolumar o orçamento da visinha republica boliviana; há mais que frisar e de maior importância: os conflictos que necessária e inevitavelmente surgirão, como sequencia naturalissima, da projectada cedencia d'uma vasta zona raiana, brasileira de facto e de direito.

O habitante do território em questão, como já aqui bem informados o dissemos, - não quer absolutamente sujeitar-se ao domínio, ou como melhor lhe chamem, da Bolivia, porque nasceu brasileiro, porque vive e trabalha no Brazil, porque apenas reconhece e obedece ao pavilhão auri-verde, - não se descobrindo perante nenhum outro.

Damos-lhe razão porque a cedencia de que se trata de ser considerada como um errôneo e precipitado passo, indevido, contra todas as normas do patriotismo; o território fronteiriço que por qualquer accordo se entenda dar, de mão beijada, à Bolivia, é

brazileiro, faz parte integrante e inalienável do nosso paiz, não havendo possibilidade nenhuma de fazer esta cedencia, sem levantar altos clamores, sem ocasionar sérios e inevitaveis conflictos.

Felismente o caso não está resolvido definitivamente; há ainda ocasião e justificação para ser denunciado e portanto nullificado o accordo contractado ou tratado em que o governo federal convem com o da republica boliviana.

N'estas circunstancias cumpre ao governo d'este Estado expor clara e nitidamente a situação, nada occultando nem ommitindo, e exercendo a necessária pressão para que as coisas voltem à antiga normalidade.

E' uma obrigação patriótica, aqui por certo o criterioso governo do Exm. Coronel Ramalho não faltará. (COMÉRCIO DO AMAZONAS, 28/01/1899, grifo nosso)

Com base nessa publicação do dia 28 de janeiro, percebe-se o percurso e a estratégia do texto jornalístico, como um enunciado, que começa com a problemática que envolve os governos do Brasil e da Bolívia, qual seja: o problema da demarcação de terras; a ocupação boliviana e a autorização brasileira para implantação da alfândega. No final do texto, há a figura que vai solucionar as problemáticas, inclusive, aparece como o único capaz de tal feito: o governador do Amazonas, Ramalho Júnior. Assim, a produção discursiva legítima, dá visibilidade e diz como ela deve ser apresentada, a partir da geração de problemas.

O discurso sobre a ocupação do Acre vai sendo produzido pelo *Comércio do Amazonas* por meses. Na edição do dia 1 de fevereiro de 1899, mais uma informação é acrescida à necessidade urgente de acabar com a ocupação boliviana, com a alfândega e retomar o volume de arrecadação de impostos do Governo do Amazonas, sem mediação alguma dos bolivianos. O título do novo texto é "Carta de Corso", fazendo menção às autorizações que os países emitiam para que piratas ou povoados de bases inimigas fossem atacados. Então, a questão toda já está resumida no título. O artigo diz também:

Carta de Corso

[...]O documento que em seguida entregamos ao publico, nada mais é do que um insulto aos brios brasileiros.

Leia o publico e verá que o nosso protesto firma-se de guardar esse pedaço de território tão cobiçado pelo sr. ministro da Bolívia.

Pobre Brazil! [...] (COMÉRCIO DO AMAZONAS, 1/02/1899)

A publicação deste suposto decreto publicado pelo *Comércio do Amazonas* no dia primeiro de fevereiro tem um tom sensacionalista, alarmista e já no título diz que é uma ameaça ao Brasil, um ataque aos navios brasileiros, tudo resumido em "Carta de Corso". O jornal, então, fortalece a narrativa de uma crise e estabelece o que o outro deve dizer, no caso dos bolivianos, a partir de um documento dito oficial, porém com as devidas intervenções do autor do artigo. O decreto surge com a proposta de ser uma ameaça verdadeira, posto que existe um provável documento publicado. E isso causa o medo em cadeia. O patrão teme perder tudo, o empregado teme perder o emprego, o empresário teme perder seus bens e o chefe de estado teme perder seu cargo. Essa é mais uma informação para manipular a opinião pública e buscar manter o poder de um determinado grupo.

A queda na arrecadação faria, como de fato fez, uma reviravolta na dança do poder e, a partir do controle de informações, o jornal fazia o trabalho de tentar dominar mentes e ações, mas nem sempre tal pretensão assume o grau de eficiência planejado pelos *media*. Em busca de uma explicação mais clara de como funciona a relação de poder social, pode-se dizer que:

As relações de poder social manifestam-se, tipicamente, na interação. Desse modo, afirmamos que o grupo A (ou seus membros) possui poder sobre o grupo B (ou seus membros) quando as ações reais ou potenciais de A exercem um controle social sobre B. Já que o conceito de ação em si envolve o conceito de controle (cognitivo) pelos agentes, o controle social sobre B por meio das ações de A induz a uma limitação no autocontrole de B. Em outras palavras, o exercício de poder por A resulta em uma limitação da liberdade social de B.

Exceto no caso de violência física, o poder de A sobre as reais ou eventuais ações de B pressupõe que A precisa ter controle sobre as

condições cognitivas das ações de B, tais como desejos, planos e crenças. Independentemente dos motivos, B pode concordar com A ou aceitar fazer o que A deseja, ou seguir a lei, as regras ou o consenso de forma a agir de acordo com (os interesses de) A. Em outras palavras, o poder social é geralmente indireto e age por meio da “mente” das pessoas, por exemplo, controlando necessárias informações ou opiniões de que precisam para planejar ou executar suas ações. A maior parte das formas de controle social da nossa sociedade implica esse tipo de “controle mental” exercido tipicamente por meio da persuasão ou de outras formas de comunicações discursiva [...] Nota-se, porém que essa “mediação mental” do poder também deixa espaço para graus variáveis de liberdade e resistência daqueles que estão subjugados pelo exercício do poder. (DIJK, 2008, p. 41-42)

A campanha é massiva e a cada novo enunciado há uma nova “ameaça”. Na publicação do dia 2 de fevereiro de 1899, o que é apresentado é o desenrolar da crise anunciada no jornal. Mais uma vez, no que Dijk (2008) chama de discurso racista da imprensa, os bolivianos são apresentados como arrogantes e são acusados de maus-tratos para com os comandantes dos navios, como diz o *Comércio do Amazonas*:

Echos do dia

Brazil – Bolivia

Fomos nós os primeiros a prophetisar que a quetsão dos limites com a Bolivia estava destinada a originar conflictos e desgostos, e infelizmente ahi estão os factos a confirmar as nossas tristes previsões; por mais de uma vez aqui relatamos a maneira arrogante por que os funcionarios bolivianos tratam os commandantes e tripulações dos navios brasileiros, impondo-lhe o cumprimento d’ordens vexatórias e exorbitantes, como se estivessem em território seu ou em paíz conquistado! [...] (COMÉRCIO DO AMAZONAS, 2/02/1899)

Concomitante às investidas contra os vizinhos estrangeiros, o jornal também se autolegitima como ferramenta útil de propaganda. Por várias vezes, os textos publicados no diário cobram os créditos pelo embate jornalístico que diz encabeçar. Mais uma vez com o título “Carta de Corso” – inclusive essa era uma prática comum no jornalismo praticado no século XIX, a partir da

publicação de vários textos com título iguais, evocar certa unidade de sentido entre eles – as acusações contra os andinos são postas em prática.

A série intitulada “Carta de Corso” continua. E, mais uma vez, o ministro boliviano é apresentado como inimigo público para as elites do Amazonas, Pará e do Rio de Janeiro. Obviamente, a reação pública não é hegemônica e nem previsível, ainda mais partindo de uma análise feita em outra época, como é este caso. Mas o que se quer mostrar é o que está nos jornais e, a partir dos meios técnicos, apresentar o que cada texto pretendia resultar. Então, foi assim que a imagem de Paravicini foi retratada:

CARTA DE CORSO

Deve chegar por estes dias a esta capital o ex.^{mo} sr. ministro boliviano, actualmente em missão especial n’este Estado, afim de baptisar a nossa borracha e privar os nosso concidadãos dos direitos de brasileiros.

S. exc. há de notar a profunda magoa que causou a este povo com seu caricato decreto, que não é certamente a retribuição gentil pelo bom acolhimento que lhe dispensamos.

Sentimos que já não esteja no porto d’esta capital o primeiro navio que vae ter a marinha boliviana, o aviso “Benjamin Constant” para lhes fazer as honras a que tem direito...

Em todo caso dispomos de uma antiga musica com que costumamos despedir os mãos hospedes do Amazonas.

Regresse s. exc. a sua pátria e conte lá que encontrou no povo amazonense a fidalguia de quem é civilisado, alliado a energia de quem é patriota. (COMÉRCIO DO AMAZONAS, 4/02/1899)

Depois de apresentar o problema, o jornal narra a reação popular que ele mesmo produz, assim como um espetáculo. Em “Protesto”, publicado no dia 4 de fevereiro de 1899, o tema é um movimento dito de iniciativa popular, mas que pelos personagens e pela carga dramática, principalmente pela fala do governador do Amazonas, percebe-se a premeditação. Percebendo que a campanha não tomava as proporções imaginadas, a proposta é intensificar ainda mais a campanha apelando para boatos de ameaça, para alarmes e até ameaças de extermínio indígena. E outra vez o título é:

CARTA DE CORSO

O sr. ministro boliviano, actualmente no rio Purús, não faz mysterio de que sua *valiente* nação, reclamará em breve ao Brazil os prejuizos que a Bolivia tem tido no ultimo decennio, deixando que o Amazonas arrecadasse *suas rendas*!

Caramba!

Estamos vendo o dia em que entre em nosso porto, commandado por algum *Don Quixote*, os *buques* bolivianos, para fuzilar os caboclos de arco e flecha.

Felizmente a *valiente* marinha boliviana, está n'este momento ancorada no puerto de Antafagosta!

Adios Bolívar!!! (COMÉRCIO DO AMAZONAS, 7/02/1899)

A estratégia discursiva vai sendo construída com o passar dos dias. Ridicularizar o outro como forma de desqualificá-lo é o objetivo de nova publicação, cujo título é "Engraçado". Em tom de escárnio, o jornal diz publicar um documento que mostra a falta de estrutura da aduana comandada por bolivianos em Puerto Alonso:

Engraçado

Esta Bolivia

Abaixo publicamos o officio dirigido pelo sr. José Paravicini, dictador das nossas regiões no Acre, remetendo ás nossas auctoridades alguns presos para serem guardados á sua ordem.

O officio é engraçado e ao público o recommendamos.

[...] (COMÉRCIO DO AMAZONAS, 8/02/1899)

Outro jornal chamado *Federação* faz uma publicação denunciando que a campanha do *Comércio do Amazonas* é baseada em informações inventadas e que não há motivo para alarde. Isso mostra a batalha travada pela imprensa em torno do caso das terras do rio Acre:

ECHOS DO DIA

Brazil-Bolivia

A *Federação* de ante-hontem, em seu editorial epigraphado, *O caso da Bolivia* diz ter-se abtido de manifestar sua opinião a respeito, por fala de informação precisas e cathegoricas e de cuja veracidade lhe não fosse licito duvidar; que apenas existe, comprovado portanto o

que a propósito expedimos em diversos números d'este jornal, celebre decreto do ministro boliviano, investido de poderes illimitados, que deixam assombrada, que preferivelmente a concitar o povo a fazer protesto vãos e arruaças, é mister buscar outros meios mais acertados, que pelo visto, são a paciência beneditina [...] necessária para aguardar a solução diplomática, a que allude, e que ao acaso se lhe afigura dever ser applicada como emolliente. (COMÉRCIO DO AMAZONAS, 11/02/1899)

O texto seguinte usa a informação da chegada de um navio inglês com uma equipe que vai ajudar na demarcação da fronteira Brasil/Bolívia para, mais uma vez, tentar implantar novas informações sensacionalistas.

BRAZIL E BOLÍVIA

No parque inglês, "Augustine" vieram dois engenheiros britânicos, acompanhados de um artista, que em tempos auxiliou os engenheiros ingleses, que trabalharam na comissão de limites boliviana.

O "Augustine" trouxe o material para nova aduana que já está estabelecida no rio Purús.

Só falta agora o primeiro *buque del mundo* para bombardear o porto de Manaus e estabelecer a pirataria no rio Acre. (COMÉRCIO DO AMAZONAS, 14/02/1899)

Mesmo sofrendo fortes críticas, a difamação midiática continua. Para causar pânico, mais boatos são publicados. Dessa vez, sobre ameaças por parte dos bolivianos de fuzilamento dos brasileiros que vivem na região em questão:

BRAZIL E BOLÍVIA

Nada sabe-se ao certo o que se está passando no Acre, por falta de notícias, vindas desse importante rio.

Os boatos que correm há dias n'esta capital são gravíssimos e muito justificados attentos ás circunstancias especiais em que estão os nossos compatriotas, diante das loucuras do sr. ministro boliviano.

Está iniciado o domínio do terror, no rio Purus, sendo os brasileiros ameaçados com fuzilamentos desse diplomata [...] muito amigo do Brazil.

O que devem fazer os brasileiros residentes n'essa região? (COMÉRCIO DO AMAZONAS, 18/02/1899)

A última cartada da estratégia discursiva do jornal *Comércio do Amazonas* foi a invenção de um acordo “Bolívio-Americano” de arrendamento das terras do Acre.



Fig.1: COMÉRCIO DO AMAZONAS. **O Acordo Bolívio-Americano.**
Nº 488. 09/06/1899. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A publicação foi tomada na época com desconfiança e não foi aceita por parte da imprensa. A afirmativa é do próprio *Comércio do Amazonas*.

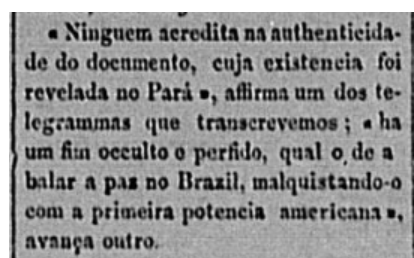


Fig.2: COMÉRCIO DO AMAZONAS. **Echos do Dia: Brazil-Bolivia.**
Nº 489. 16/06/1899. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Percebe-se, então, com a apresentação dos trechos estudados no presente estudo, publicados durante mais de seis meses, de que forma o jornalismo produziu essa campanha específica para atender os anseios de elites político-econômicas na Amazônia.

Considerações finais

Como foi aqui apresentado, por meio do jornal *Comércio do Amazonas*, o governo do Amazonas e uma elite econômica ligada à exploração de seringais nos territórios do rio Acre publicaram textos difamando o povo boliviano, de forma genérica. A finalidade era causar a revolta popular contra a ocupação boliviana na região.

Em várias edições do diário amazonense, o ministro da Bolívia, José Paravicini, foi retratado como inimigo do povo brasileiro. Não há, porém, na referida campanha midiática, a voz dos estrangeiros. Eles são silenciados e quando suas vozes são apresentadas, são sempre mediadas, são representações editadas. No lado contrário, o povo acreano é apresentado como vítima, como uma população abandonada pelo Governo Federal e que precisava ser salva pelo Governo do Amazonas, único herói presente em todo o discurso.

Essas representações negativas e limitadoras dos agentes do Governo da Bolívia e do povo acreano tinham a finalidade de desconstruir suas imagens perante a opinião pública brasileira e evitar que eles ocupassem a região, onde hoje está localizado o Acre. Dessa forma, todo o lucro das explorações realizadas na localidade ficava restrito ao Amazonas.

Referências

BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre:** de território a estado – um olhar social. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <www.teses.usp.br/disponiveis/8/8138/tde-11072007-105457/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CHARADEAU, Patrick. **Discurso e mídia.** São Paulo: Contexto, 2006.

DIJK, Teun A.van. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 15.ed. São Paulo: Loyola, 1997.

LIPPMANN, Walter. **La opinión pública.** Madrid: Langre, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2.ed. 2005.

VOGEL, Daisi Irmgard. Sobre Foucault e jornalismo. **Revista Verso e Reverso**, v. 23, n. 53, 2009. Disponível em: <[HTTP://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/5777/2954](http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/5777/2954)>. Acesso em: 12 out. 2015.